

D. Francisco Manuel de Melo e o modelo do ‘cortesão prudente e discreto’

PAULO SILVA PEREIRA

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO
E O MODELO DO ‘CORTESÃO PRUDENTE E DISCRETO’
NA CULTURA BARROCA PENINSULAR

Faculdade de Letras
Universidade de Coimbra
2007

Dissertação de Doutoramento em Letras, na área de Línguas e Literaturas Modernas,
especialidade de Literatura Portuguesa,
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,
sob a orientação científica do Professor Doutor Aníbal Pinto de Castro

ÍNDICE GERAL

Introdução **(Pressupostos teóricos e epistemológicos)**

1. Um campo de muitos campos	13
2. Leituras da obra e imagens do homem: uma breve reconstrução arqueológica	17
3. Uma questão de fronteiras	27

Capítulo I

O modelo do “cortesão prudente e discreto” na tratadística áulico-política e nas práticas discursivas dos sécs. XVI e XVII

1. Castiglione e os caminhos da <i>institutio</i> do cortesão	33
2. Para uma cartografia das doutrinas da prudência e da discrição	47
2.1. O alcance e os modos da discrição.....	77
2.2. Formação cultural e experiência de vida do “discreto”	93
3. Engenho, agudeza e gosto: um singular <i>modus dicendi et intelligendi</i>	110
4. Identidade nobiliárquica, distinção e práticas de ostentação.....	128
5. Práticas e ritos de sociabilidade cortesã	
5.1. A cortesia, o cerimonial e a etiqueta	134
5.2. A arte da conversação	146
5.3. O espírito de galantaria	155
6. O tormentoso golfo da Corte: cepticismo, mal-estar e discurso anti-áulico	162

Capítulo II

Os rostos da cortesia

1. Os áulicos: um olhar (crítico) sobre práticas e comportamentos	181
2. Universos em confronto: a corte (cidade) e o campo	195
3. Experiência de corte e prática política: um itinerário de desengano	203
4. O cortesão e o governo de si: valores e hábitos morais	215
5. Da esfera privada à esfera familiar: instruções sobre governo doméstico	255
6. O governo da República e o pensamento ético-político de Melo	277
7. Aprendizes de fidalguia: a contracodificação parodística e satírica	293

Capítulo III

A milícia

1. O ofício de Marte: experiência e reputação	313
2. O <i>ethos</i> do herói militar segundo D. Francisco Manuel	320
3. A disciplina militar, «escola de gentilezas e polícias»	341
4. <i>Belona e Minerva é um mesmo génio</i>	348

Capítulo IV

O saber

1. O alcance nobilitante do saber	367
2. As academias elegantes	374
3. Bibliofilia, erudição e amizade	400
4. Para uma crítica do gosto: o <i>Hospital das Letras</i> e outros textos	441
5. Consumo literário e divertimento mundano	477
6. A lição da História: desengano ao presente e aviso ao futuro	488

Capítulo V

Retórica e cortesia

1. Francisco Manuel de Melo e a oficina do engenho: para uma abordagem do discurso conceituoso e das funções da agudeza 513
2. Preceitos de etiqueta e cortesia no domínio da formulação discursiva 550

Conclusão 567

Bibliografia

Bibliografia activa

- I. Obras de D. Francisco Manuel de Melo 579
- II. Outros autores citados 582

Bibliografia passiva

- I. Sobre D. Francisco Manuel de Melo 588
- II. Estudos críticos e obras de referência 592

Índice onomástico 609

Índice geral 619

NOTA TÉCNICA

Com o intuito de trazer até ao olhar do leitor hodierno, em condições de escoreita legibilidade, os textos citados, tanto de D. Francisco Manuel de Melo, como de outros autores, optámos, sempre que possível, por levar a cabo a actualização da grafia (salvo nos casos em que os mesmos já tinham sido objecto de fixação crítica por parte de outros estudiosos), mas procurando manter certos fenómenos linguísticos que se afiguram pertinentes para aferir o estado da Língua Portuguesa na altura e a pontuação do original.

Introdução

(Pressupostos teóricos e metodológicos)

Advierte que está en tu mano el vivir eternamente. Procura tú ser famoso, obrando hazañosamente, trabaja por ser insigne, ya en las armas, ya en las letras, en el gobierno; y lo que es sobre todo, sé eminente en la virtud, sé heroico y serás eterno, vive a la fama y serás inmortal. No hagas caso, no, de esa material vida, en que los brutos te exceden; estima, sí, la de la honra y de la fama. Y entiende esta verdad, que los insignes hombres nunca mueren.

Baltasar Gracián, *El Criticón*¹

1. Um campo de muitos campos

O âmbito fundamental deste trabalho académico, como resulta claro do título escolhido, é a figura e o conjunto da obra de D. Francisco Manuel de Melo. Como ângulo privilegiado de análise de uma tal produção e de um tal autor, que encarnam de forma absolutamente exemplar alguns dos traços mais impressionantes da literatura, da sociedade e da cultura barrocas, escolhemos o modelo prototípico do “cortesão prudente e discreto”. Não restam hoje dúvidas, como aliás já acontecia no tempo histórico do autor, de que ele foi um dos mais lídicos representantes, a nível peninsular, dessa peculiar forma de encarar o mundo dos homens e o mundo da cultura. Nessa medida, a eleição deste representante do sector nobiliárquico, e não de qualquer outro, esteve longe de ser casual, tanto mais que o seu trajecto biográfico confere vigor a pontos de vista que deixou bem patentes, em clave doutrinal ou confessional, nos seus textos.

Percorrer, com alguma esperança de sucesso, um trajecto de investigação que permita dar conta, no final, do alcance operativo de uma noção tão complexa como a de “cortesão prudente e discreto”, à luz dos condicionalismos da época histórica a que

¹ Baltasar Gracián, *Obras Completas*. Estudio preliminar, edición, bibliografía y notas e índices de Arturo del Hoyo, 3.ª ed., Madrid, Aguilar, 1967, p. 1000a.

respeita, obriga a considerar um método que fielmente se adeque à natureza do objecto de estudo. Propõe-se de modo consciente uma abordagem transdisciplinar, que exceda o estrito campo dos Estudos Literários, por se mostrar ser a única válida para dar conta do teor compósito que este manifesta, evitando deixar de lado factores culturais tidos como relevantes. É essa uma preocupação que tem estado na ordem do dia, em termos do debate em torno das fronteiras do literário e da abertura a uma análise mais abrangente, mas que, neste caso, muito antes de ser prova de afirmação de um dado posicionamento teórico, é necessidade incontornável. Operar com conceitos como os de “prudência” e “discrição”, já nomeados, ou de “galantaria”, “arte da conversação”, “engenho e agudeza”, “honra e estatuto nobiliárquico”, para só referir alguns dos mais evidentes, pressupõe uma decisiva abertura a outros campos de reflexão, nomeadamente da história (política, social e cultural), da retórica, da estética ou da sociologia.

Tudo gira em torno de duas directrizes fundamentais: por um lado, estabelecer uma decisiva articulação entre o nível do discurso normativo e o domínio das práticas e representações, logo desde o capítulo inicial, e, por outro, congregar, num modelo tão orgânico quanto possível, os aspectos que a crítica, ao longo de vários séculos, tem dispersamente assinalado e outros que entretanto fomos identificando na profícua obra que o autor nos legou, por forma a alcançar uma síntese. Embora quantiosa, muita da bibliografia a que deu origem manifesta uma certa tendência atomista, uma vez que toma por base um núcleo textual restrito, sem a preocupação de apreender as linhas de força que conferem coerência à globalidade da produção. Ora, isto pressupõe um trabalho de paciente exploração dessa intrincada rede de relações intertextuais, no sentido amplo do termo, para além de um esforço de reconstituição histórica, por vezes moroso, mas que se afigura imprescindível para identificar os vectores que sustentam o complexo mental e cultural da época, e de uma atitude de permanente questionação hermenêutica em face dos textos que chegaram até nós.

Base documental muito ampla e heterogénea é a que servirá de suporte à elaboração do primeiro capítulo, pois não só congrega a parte mais evidente da tratadística elaborada sobretudo ao longo dos séculos XVI e XVII, como contributos oriundos de áreas que poderiam parecer, à partida, ‘marginais’, mas que se revelam não menos decisivas, como testemunhos epistolares ou documentos que dão conta da encenação de gestos e cerimónias habituais entre as elites sociais. Neste particular,

daremos especial importância ao *Discreto* de Gracián, porque com ele logrou o autor revelar, em toda a sua complexidade e esplendor, as linhas basilares que estruturam esse modelo de referência da cultura barroca peninsular, embora o tenha feito sem lançar mão de uma definição explícita do que significa discrição ou do que se entende por varão discreto, antes propondo ao seu leitor vinte e cinco *realces* que, ainda que autónomos, concorrem para a formação de um todo exemplar. Cada um deles abre caminho, com efeito, ao louvor de um determinado atributo, ou qualidade suprema, e à condenação de um dado vício, com apoio numa criteriosa selecção de exemplos, mas sem que o seu verdadeiro alcance possa ser aferido sem ter em conta o sistema global do qual dependem. Significa isto que as características que identificam o discreto tanto podem aparecer expostas em tom afirmativo, como podem ser deduzidas da apreciação negativa que certos actos e tendências comportamentais suscitam ao responsável pela enunciação, seja ele o próprio autor ou uma das criaturas ficcionais de que se serve. A este propósito merecerá a nossa atenção a insistência com que, nesta como noutras obras da época barroca, se toma o *vulgo* como sinónimo de ignorância e de volubilidade e termo de comparação que serve para marcar a superioridade do *discreto*. Em certa medida, este podia até ser tomado, *a contrario sensu*, como o que, no seu discurso, nos seus interesses e ocupações ou nos gestos mais banais do quotidiano, nada tem de *vulgar* ou *nécio*.

Os capítulos II, III e IV recobrem três grandes áreas de afirmação da cortesania: o universo áulico, a milícia e o saber. É de longe o sector mais extenso e complexo de todo o plano de investigação que traçámos e permitirá articular as linhas gerais do quadro teórico definido na parte anterior com o domínio da produção textual de D. Francisco Manuel e com o plano da sua acção prática. Já no «libro pequeño» mas eterno, para usar as palavras de Gracián, que Rodrigues Lobo fez publicar em 1619, a *Corte na Aldeia*, os três últimos diálogos são consagrados a um debate que visa justamente apurar «a diferença da criação da corte, da milícia e das universidades, que são os três exercícios nobres em que os homens se ocupam, apuram e engrandecem». Ora, este tipo de tratamento diferenciado se, por um lado, dá conta do grau de especialização crescente de vários sectores da sociedade, situação com tradução directa no aumento exponencial, a partir da segunda metade do século XVI, de manuais técnicos orientados para actividades intelectuais, cívicas ou militares específicas (do secretário ao embaixador, passando pelos vários postos do exército), por outro, revela uma notável pervivência das grandes

directrizes que Castiglione, de forma englobante, havia traçado para o seu modelo de cortesão.

Em pleno século XVII, tornava-se difícil a Lobo, como a qualquer outro autor, recuperar, sem mais, a fórmula ambiciosa – ou, como preferem alguns, ‘utópica’ – que o autor italiano tinha perfilhado, pelo que a estratégia que visava formar um cortesão exemplar a partir de três pontos de acesso consagrados – a corte, a milícia e as escolas – se tornava mais produtiva tendo em conta o público alargado a que se destinava. Não quer isto dizer, porém, que na prática – e D. Francisco Manuel é disso bom exemplo, como pretendemos demonstrar –, não se possa encontrar, até com grande frequência, homens que em si reúnem o melhor de cada um dos domínios em causa. De facto, não há contradição, ou laivos de ambiguidade, num modelo que contemple em simultâneo as valências próprias de um cortesão e de um homem de armas, assim como não é difícil encontrar louvores à excelência tanto nas letras, como nas armas. Aos olhos do *homem universal*, um tal sincretismo não só era possível, como desejável, conquanto a vontade de tudo abarcar não levasse a uma prática mediana ou medíocre num desses campos.

Quanto ao exercício das armas, justificava-se a sua inclusão no âmbito deste projecto, porque, para além de constituir um vector nuclear do estamento nobiliárquico, era, como se sabe, um dos principais meios que o cortesão do século XVII peninsular, e não só, tinha ao seu dispor para conquistar reputação entre os seus pares e obter compensações, nomeadamente materiais, da parte do monarca a quem servia. Na verdade, no texto seminal de Castiglione, *Il libro del Cortegiano*, já se reconhecia, de forma que não deixa lugar a dúvidas, que a «principale e vera professione» do cortesão devia «essere quella dell’arme» e muitos depois dele manifestaram posição semelhante, ainda que fosse indesmentível a perda gradual, com o correr do tempo, do monopólio da função militar por parte do sector aristocrático. Acresce a isto, o facto de D. Francisco ter seguido a carreira das armas, de ter deixado nas suas obras a imagem vívida do comportamento considerado mais ‘prudente’ no campo militar e de ter elaborado textos com nítido recorte doutrinário.

O derradeiro capítulo incidirá sobre o alcance que a agudeza e o discurso conceituoso, entre outros procedimentos discursivos típicos da época barroca, tiveram na produção meliana. Seria fastidioso recuperar aqui os diversos pontos que servem de travejamento a este exercício de análise, mas fica desde já a nota de que, na senda de

trabalhos recentes, o «hacer concepto» ou conceptismo, que Gracián brilhantemente teorizou em *Agudeza y arte de ingenio* é actividade que não se restringe apenas e só ao campo literário, antes adquire um sentido abrangente que pode tocar várias esferas da actividade humana. Para o homem de vivo engenho, tal como Melo o soube ser, a procura constante de correspondências entre as palavras e as coisas não podia ser encarada, de modo restritivo, como mero jogo verbal cortesão, algo que pudesse servir para temperar momentos de maior gravidade, mas devia ser tida em conta de modo profundo, como meio que permitia vislumbrar a verdade. Por aí passa, inclusive, uma das mais relevantes diferenças que separam a «agudeza» de Gracián da teoria da «acutezza» proposta por Peregrini, por muitos aspectos em comum que possam ter os respectivos tratados: se, para o autor italiano, a «acutezza» devia ser tomada como ornamento do estilo, algo que, resultando da intervenção do «ingegno», permitia tornar mais agradáveis e vigorosas as razões do «intelletto», para o espanhol, estava em causa uma forma inteiramente nova de conhecimento da realidade por meio do estabelecimento de relações engenhosas entre as palavras. Na altura devida, muito importará ver como se posiciona o autor perante estas questões que, de forma tão insistente, atravessaram o território da reflexão cultural da Península do século XVII.

2. Leituras da obra e imagens do homem: uma breve reconstrução arqueológica

É nossa intenção rastrear, com especial cuidado, o percurso de constituição dessa *imago* de D. Francisco Manuel como varão prudente e discreto, tendo por base os abundantes vestígios que, de forma que não pode ser considerada inocente, pela sua própria obra deixou disseminados, o testemunho de autores seus contemporâneos ou que lhe são cronologicamente próximos, e, num outro plano, a opinião que a comunidade de leitores críticos sobre tal matéria tem formulado.

Muito se prezava o autor, como teremos oportunidade de verificar nas páginas que seguem, de pertencer ao selecto grupo dos «entendidos», para utilizar um termo que comparece numa famosa carta redigida em castelhano que tinha por destinatário D. Francisco de Quevedo, mas cujo sentido não anda longe do de ‘discreto’. Vem ao de cima, em modos vários, esse sentimento de pertença a uma elite que, mesmo quando não ocupa lugares de prestígio ou de autoridade na orgânica da sociedade (ou, levando até ao

limite o raciocínio, se vê afastada, como aconteceu com a experiência de encarceramento e de desterro de Melo), se sente superior – e faz gala que os outros também a reconheçam como tal – em termos espirituais, morais ou culturais.

Se se procurar compreender um pouco mais a fundo a raiz da sua fama como escritor, há uma forte probabilidade de encontrar entre os seus mais decisivos ingredientes a conciliação entre um saber literário e cultural que só alguns estavam em condições de manifestar com uma experiência de vida e de relacionamento social que lhe permitia descer bem fundo na anatomia do espírito humano. Raro é o estudo que buscando esmiuçar a obra não se vê obrigado a convocar argumentos que pertencem ao plano da vida do homem que está por detrás dela, sem que isso possa ser visto como manifestação de rasteiro biografismo. Não causará estranheza, por isso, verificar que entre os mais íntimos conhecedores da sua escrita se contam alguns que, de forma mais ou menos pronunciada, se ocuparam (para tentar desvendar) o percurso de vida do autor, a começar por Edgar Prestage, o prestigiado lusitanista britânico que consagrou longas horas ao aprofundamento desta matéria². A questão é, como têm admitido numerosos críticos e investigadores que se dedicaram ao estudo da época histórico-literária que se convencionou chamar ‘barroca’, muito mais complexa, merecendo alguma atenção da nossa parte. Mesmo quando não escrevia para falar de si próprio, deixava que a sua voz íntima, ora pelo entusiasmo que nutria por alguns dos temas que tratou, ora pelo gritante pessimismo que vicissitudes de carácter pessoal haviam despoletado, se intrometesse no tecido ficcional ou nos largos cenários dos acontecimentos históricos que expôs, para só citar duas áreas estratégicas a este nível.

Quem se predispõe a percorrer, com certo grau de atenção, o conjunto da sua produção escrita, depressa se apercebe da sua vasta extensão – em parte facilitada, como o próprio admitiu, pelas dramáticas condições de vida que foi por vezes obrigado a suportar – e da diversidade de modelos genológicos que são utilizados para dar corpo a

² Pensemos em Edgar Prestage, *D. Francisco Manuel de Mello. Esboço biographico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1914 (reeditado em fac-símile, Lisboa, Fenda, 1996); Joan Estruch Tobella, *Vida y obra de Francisco Manuel de Melo*, Barcelona, Universitat de Barcelona, 1985, Dissertação de Doutoramento que apenas pudemos consultar a partir de versão resumida; Antonio Bernat Vistarini, *Francisco Manuel de Melo (1608-1666). Textos y contextos del Barroco peninsular*, Palma de Maiorca, Universitat de les Illes Balears – Servei de Publicacions i Intercanvi Científic, 1992.

reflexões de teor ético, moral, político e cultural, a tal ponto que aparece, aos olhos de muitos, como o autor polígrafo por antonomásia³.

Que os seus contemporâneos não deixaram de assumir papel de significativo relevo no processo de qualificação e constituição pública e verbal dessa *imago* é algo que factualmente se pode comprovar pela leitura de alguns textos que chegaram até nós. Quer do lado de cá, quer do lado de lá da fronteira, ou no tempo em que nem sequer fronteira existia em virtude da união política que congregava todos os povos peninsulares, não faltavam vozes que fizessem reverberar os seus dotes como escritor e o seu *savoir-vivre* (expressão que aqui se utiliza em sentido lato). Desde logo, há que contar com personalidades que acompanharam de perto o seu projecto de escrita ou que fizeram parte de agremiações académicas em que também participou. Caso paradigmático, até por reunir em si as duas condições apontadas, é sem dúvida o de António Luís de Azevedo, que muito contribuiu para a edição das *Cartas Familiares*. O texto de apresentação, dirigido «Aos Discretos», revela o apreço que nutria pelo trabalho de um homem com fama e perfil de «entendido» como era Melo, ao mesmo tempo que sublinha o aplauso geral que os seus trabalhos por norma despertavam junto das elites culturais⁴.

Bem se pode dizer que foi coroada de sucesso a sua estratégia de afirmação pessoal junto dos seus pares como militar, diplomata, escritor e cortesão. Entre os muitos exemplos que aqui poderíamos convocar, conta-se um texto publicado no início da década de trinta, que pretendia fazer justiça ao mérito de alguns escritores que Lope de Vega não tinha incluído no seu célebre *Laurel de Apolo*, pois nele Jacinto Cordeiro exalta o valor do trabalho literário de Melo, que por então contava pouco mais de vinte anos de idade:

Dom Francisco Manuel, pompa gloriosa
De las Musas, amparo en su asistencia,
Puede solo con mano poderosa
Restituírnos faltas de su ausencia:
Que es su pluma feliz tan deleitosa,

³ Cfr. Aníbal Pinto de Castro, «D. Francisco Manuel de Melo, um polígrafo do Barroco ibérico», separata da *Colectânea de Estudos em Homenagem ao Académico de Número Doutor Fernando Guedes no seu 75.º Aniversário*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004, pp. 129-145.

⁴ *Cartas Familiares*. Prefácio e notas de Maria da Conceição Morais Sarmiento, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981, pp. 48-51.

Que mereciendo aplausos su excelencia,
En su término ilustre y modo urbano,
Le conduce el laurel por cortesano.⁵

Quando o P.^e Manuel Godinho evoca, no derradeiro capítulo da sua *Relação do novo caminho da Índia para Portugal*, o encontro que manteve com o autor na cidade de Marselha, numa altura em que este se encontrava em trânsito a caminho de Itália para negociar o casamento de Afonso VI, fica bem patente a viva impressão que lhe causou:

Fui logo visitado do senhor D. Francisco Manuel, o qual, com nome suposto de Monsieur Chevalier de S. Clément, passava a Roma, recomendado a todos os príncipes e repúblicas amigas, por cartas patentes dos senhores reis de Inglaterra e França. Não é crível o gosto que me causou a visita deste fidalgo; só o pode considerar quem souber estimar suas inestimáveis prendas, quem tiver gozado de sua admirável conversação, quem for lido em seus engenhosos livros, quem de seu singular juízo formar aquele conceito que dele tem feito o mundo todo, quem de seu primor estiver obrigado como o eu estou, porque todas estas cousas juntas foram os motivos de meu gosto naquela visita.⁶

Tanto quanto se pode depreender das suas palavras, essa convivência momentânea permitiu certificar, quando não reforçar ainda mais, todo o mérito que se lhe atribuíu. Embora não fosse caso único na Península (como fica bem patente até pela estratégia de emulação que, em certas ocasiões, se pretende instituir com a figura de Quevedo), o seu percurso biográfico, marcado tanto por momentos de glória, como pelo desencanto e pelo sofrimento, despertava a curiosidade dos contemporâneos (para utilizar expressão neutra que não favorece os seus mais íntimos admiradores ou seus misteriosos inimigos).

Pelos ecos que até nós chegaram, é de supor que à medida que o tempo avançava mais nítidos se tornavam os contornos de uma figura que, a vários títulos, se podia considerar excepcional. Dele se pode dizer que contribuiu activamente, tanto pela vertente didáctico-moralística da sua obra, como pelo intenso recurso à sátira (porque não há melhor instrumento para zurzir atitudes e comportamentos de carácter desviante), para compor o perfil exigente de um homem de eleição, capaz de actuar com inquestionável eficiência em vários palcos do mundo. Por outro lado, soube constituir-se a si próprio

⁵ *Elogio Lusitano* (Lisboa, 1631). Tomamos estes versos do *Esboço Biográfico* (p. 56) de Edgar Prestage que, por sua vez, os tomou do *Catalogo Razonado*, p. 127.

⁶ *Relação do novo caminho da Índia para Portugal*, pp. 253-254.

como exemplo vivo das virtudes, do saber teórico e prático necessário para enfrentar as exigências de um mundo hostil, do gosto requintado e da sociabilidade que tanto elogiou. Até mesmo quando deixa ressoar a voz do desengano, vem ao de cima a sua condição existencial, o seu estatuto como homem de letras e o seu papel como ‘tratadista’ ao serviço da aristocracia que, não raras vezes, se confrontava com os reveses da Fortuna.

Na segunda década do século seguinte, cinquenta anos depois da sua morte, quando Matias Pereira da Silva trata de editar pela primeira vez a série dos *Apólogos Dialogais*, fica bem patente o apreço que ainda suscita junto do público português. Na altura devida, teremos o cuidado de analisar o conteúdo dos enunciados paratextuais que resultaram dessa tarefa editorial (no essencial, licenças das entidades competentes), mas por ora o que se pretende vincar é a circunstância de ser recebido como escritor incontestado do nosso cânone, lido com atenção por muitos (mesmo quando os seus textos se encontravam ainda em estado manuscrito⁷) e admirado como um dos modelos a seguir em matéria de doutrinação dos costumes e hábitos de cortesia. Mesmo tratando-se de um caso específico no conjunto da sua produção, pelo fundo e pela forma, é sintomático que estas «quatro cenas [em que] se divide a douda, discreta, deliciosa representação destes *Apólogos*» tenham alcançado «tão boa opinião entre os amantes de boas letras e curiosos de bom gosto».

Pela mesma altura, Fr. Juan Interian de Ayala, chamado a pronunciar-se sobre as condições de publicação de um volume que reunia não só a *Guia de Casados*, como os *Avisos para Palacio*, vertidos ambos para língua espanhola, concede a sua aprovação em termos que aqui importa registar:

El Autor de este Libro, que siendo en realidad pequeño en volumen, se puede con toda verdad asegurar que tiene incomparablemente mucha más alma, que su cuerpo; es muy conocido en la Republica Literaria, y aun venerado también

⁷ É com essa preciosa informação que abre a licença do Santo Ofício, redigida por Lourenço Justiniano da Anunciação: «Estes Apólogos Dialogais, que deixou escritos D. Francisco Manuel de Melo, já eu tinha lido muitas vezes, porque com grande universalidade justamente correm copiados, tão merecedores são da luz pública, que não necessitam da que inventaram os homens com a impressão, porque outra melhor e mais perdurável adquiriram sucessivamente nas palmas e estimações dos mesmos homens». De igual modo, Pedro Álvares, o responsável pela licença do Ordinário dá conta da ampla circulação que esta série de textos logrou alcançar: «se não víssemos que a curiosidade competindo com a impressão tinha multiplicado traslados manuscritos, quasi tantos como podiam correr impressos.»

de todos los que con razón, y aun sin ella, se precian de Discretos, y de Políticos. En cuya consecuencia, el alabar, ò al Autor, ò à la obra, vendría a ser caer en la vulgar ociosidad, que reprehendieron en sus adagios los Antiguos, que quererle prestar luz al Sol, ò ayudar con el débil esfuerzo de una antorcha, las luces, y los lucimientos del mismo día⁸.

Não é este o lugar mais adequado para reflectir, com a seriedade que o assunto exige, sobre as características textuais que podiam eventualmente facilitar a sua recepção junto desta comunidade de leitores (retrato de costumes; transcrição de ditos e expressões paremiológicas em castelhano; alusão a personalidades e ambientes desse horizonte geográfico-cultural), pois o que mais importa reconhecer é o prestígio de que ainda gozava o autor pouco depois da viragem do século. Na verdade, para além das traduções impressas, chegou até nós notícia da circulação de cópias manuscritas, facto que deixa antever um processo de leitura atenta e continuada. De qualquer modo, uma outra obra sua, publicada em Lisboa em 1645 e por várias vezes reeditada em território espanhol, a *Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña*, até pela matéria que versava, tinha concorrido de forma bem palpável para a consolidação da sua fama como escritor em Espanha, pelo que não é de estranhar tão feliz acolhimento.

Tornou-se lugar-comum em estudos sobre esta figura proeminente da literatura e da cultura peninsulares do século XVII, recordar a apreciação que Marcelino Menéndez y Pelayo deixou registada na sua *Historia de las ideas estéticas en España*:

En Melo, el hombre de más ingenio que produjo la Península en el siglo XVII (a excepción de Quevedo), se dio un fenómeno contrario al que generalmente se observa en nuestros escritores de aquella edad. Empezó por el culteranismo y por el conceptismo, y acabó por el decir más llano y popular, y por la más encantadora y maliciosa sencillez, como es de ver en estos *Apólogos* y en la *Guia de Casados*⁹.

⁸ No passo transcrito actualizámos a grafia. Sobre este aspecto, é de fundamental importância consultar o estudo de Pedro Serra sobre «la recepción de la *Carta de Guia de Casados* en España» incluído no volume *Conversas civis. Estudos sobre D. Francisco Manuel de Melo*, Salamanca, Luso-Espanhola de Ediciones, 2003, pp. 237-252 e Maria de Lurdes Correia Fernandes, «Da casa ao palácio: a *Carta de Guia de Casados* de D. Francisco Manuel de Melo em Espanha no século XVIII», in *Península. Revista de Estudos Ibéricos*.

⁹ D. Marcelino Menéndez Pelayo, *Historia de las ideas estéticas en España*, Santander, 1940, vol. II, p. 273; cfr. também José María Viqueira, *Menéndez Pelayo y Portugal*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1974, p. 217.

Sendo juízo de valor proferido por tão eminente estudioso certamente merece a fama que tem tido entre a comunidade crítica.

Quando redigia o prefácio para a sua edição da *Guerra de Cataluña*, que deveria integrar a “Biblioteca Selecta de Clásicos Españoles” da Real Academia Española, notava com acerto D. Jacinto Octávio Picón:

Para que le tengamos por maestro nada importa su origen: nació en tierra que ya no es nuestra, pero cuando lo era; cuando todavía las nobles quinas lusitanas esmaltaban el blasón de España: en español compuso casi mayor número de obras que en portugués, y aun las mismas en que recibió inspiración de la turbulencia de los tiempos y en apariencia le apartaron de nosotros, le hicieron más nuestro, porque atestiguan y prueban que su personalidad literaria es fruto de la fecunda cultura española de los siglos XV y XVI tan poderosa como nuestras banderas; ella le infundió su espíritu: por haberla sentido y reflejado fielmente en su forma de expresión más noble y eficaz, que es el idioma, llegó a ser uno de los escritores en cuyo estilo mejor se muestran el vigor, la riqueza y la armonía de la lengua castellana.¹⁰

Ainda que em breve síntese, os elementos aqui referidos servem para comprovar a consolidação de uma *imago* de cortesão e homem de letras que excede, na senda das suas acções e das ocupações a vários níveis, os limites das fronteiras políticas.

Entre nós, e sem que se queira levar a cabo uma análise minuciosa do lugar que a historiografia crítica tem reservado ao escritor. Se se tomar como ponto de referência a *História da Literatura Portuguesa. III – Os Seiscentistas* de Teófilo Braga, depressa se verifica que o nível de informação que lhe diz respeito, muito por força de vicissitudes de carácter biográfico que estimulam a curiosidade e a vontade de indagação, é de longe o mais substancial, preenchendo quase trezentas páginas¹¹. Fiel à lição positivista, Braga procura seguir de perto o fio dos acontecimentos que marcaram a sua experiência vivencial, convocando com elevada frequência excertos retirados de documentos e obras que aquele redigiu. Sendo investigação conduzida depois da publicação do monumental trabalho de Prestage, para já não falar da constante intromissão de preconceitos no que toca a certas características da produção literária e cultural da época barroca, não se pode

¹⁰ *Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña en tiempo de Felipe IV / que Bajo el nombre de Clemente Libertino escribió Don Francisco Manuel de Melo*. Edición, introducción y notas de Jacinto Octavio Picón, Madrid, Real Academia Española, 1912.

¹¹ *História da Literatura Portuguesa. III – Os Seiscentistas*, Porto, Livraria Chardron, de Lelo & Irmão, Editores, 1916.

dizer que tenha feito avançar de forma significativa o conhecimento ou da obra, ou do autor. Por seu turno, A. J. Saraiva e Óscar Lopes, reflectindo sobre o ideário de D. Francisco Manuel, reconhecem, a dado passo, que «com a sua educação jesuíta e cortês, a sua carreira e os seus dotes naturais» aquele «realizou o tipo humano do aristocrata de sangue e de espírito, agudo e pronto de engenho, um tanto aventureiro e superficial, conversador, galante, curioso mas temeroso de inovações fundamentais, tipo que as cortes latinas da época barroca designavam de *discreto* e a inglesa de *Wit*»¹².

Tempo de franco dinamismo no âmbito deste campo de investigação, considerando o número e a qualidade tanto dos trabalhos de edição, como dos estudos críticos que foram consagrados ao homem e à obra, foi sem dúvida o século XX, com especial destaque para a sua segunda metade. A título de exemplo, entre os últimos anos da década de 50 e a parte final da seguinte, apareceram contributos tão decisivos – sem prejuízo do meritório esforço de muitos outros que aqui não são referidos – como os dos lusitanistas Jean Colomès¹³, B. N. Teensma¹⁴, Giacinto Manuppella¹⁵, ou de estudiosos portugueses como José Pereira Tavares, Corrêa de A. Oliveira, José Adriano Freitas de

¹² *História da literatura portuguesa*, 15.^a edição, corrigida e actualizada, Porto, Porto Editora, 1989, p. 487.

¹³ Destacamos em especial *La critique et la satire de D. Francisco Manuel de Melo* (Paris, Presses Universitaires de France, 1969) que vale sobretudo pela aplicação de critérios de análise que, pela sua transversalidade, podiam reforçar o sentido de organicidade da obra em análise, mas que por vezes revela excessiva proximidade face à letra do texto. Já antes, por ocasião de um colóquio internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Coimbra em 1963, tinha apresentado um texto, sob o título de «D. Francisco Manuel de Melo et la littérature française» (posteriormente publicado no terceiro vol. das *Actas*, Coimbra, 1966, pp. 491-511) em que demonstrava, de modo inequívoco, que *La victoria del Hombre* não passava de uma tradução para castelhano do tratado de Senault, *De l'usage des passions* (Paris, 1641).

¹⁴ Cfr. *Don Francisco Manuel de Melo, 1608-1666. Inventario general de sus ideas*. Dissertação de Doutoramento, inédita, 's-Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1966.

¹⁵ Ensaio estimulante sob vários pontos de vista, mas de que nos permitimos citar um pequeno excerto que se afigura revelador dessa sensibilidade típica do discreto: «um cosmopolitismo puramente intelectual, uma expressão de requintada aristocracia do espírito, num mundo em que inúmeras pessoas trabalham, sofrem ou gozam, mas onde só podem alcançar supremos privilégios de ordem espiritual aqueles que forem capazes de entrar no clã dos sábios», in «Acerca do cosmopolitismo intelectual de D. Francisco Manuel de Melo», in *Brasília*, vol. XI, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Brasileiros, 1961, pp. 59-76.

Carvalho¹⁶, José Vitorino de Pina Martins e Maria Judite Fernandes de Miranda¹⁷. Lugar à parte, uma vez que não incide directamente sobre a figura de Melo, mas ainda assim de sublinhar pela clarificação que trouxe no que toca ao ideal de cortesania, é o conhecido ensaio de José G. Herculano de Carvalho sobre o «cortesão discreto», enquanto «tipo literário e humano do Barroco»¹⁸.

Fruto de um trabalho de reedição que há muito importava fazer, nos últimos anos têm surgido várias obras que, para além de levarem até ao leitor hodierno a letra do texto com grande rigor ecdótico, trouxeram consigo sínteses seguras e criteriosas sobre as condições de produção, os modelos genológicos utilizados ou o alcance dos temas debatidos, que deixam augurar um futuro esperançoso no que se refere a esta área de pesquisa¹⁹. Vale a pena, por outro lado, salientar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido a partir de uma abordagem de cariz mais historiográfico, aproveitando por certo o fértil terreno que a obra de D. Francisco põe à disposição neste particular²⁰.

Num outro âmbito, mas que vale a pena recuperar até para que se perceba que a reflexão crítica sobre o fenómeno literário e cultural nem sempre se rege por consensos, o escritor José Cardoso Pires, muito condicionado pela sua particular leitura da *Carta de Guia de Casados*, uma «redacção saborosa e travessa pelo punho de um fidalgo marialva cliente da Academia dos Generosos», traça um retrato pouco auspicioso do autor, por nele reconhecer o estigma de uma organização mental de carácter atávico:

Provinciano, D. Francisco Manuel? Ele, que apoiava com todas as letras que «um homem vinte e quatro horas fora de Lisboa se converteria em alimária»?

¹⁶ Cfr. «Aspectos do desengano e da aceitação da vida em D. Francisco Manuel de Melo», separata da revista *Brotéria*, LXXVIII (1964), pp. 277-291 e pp. 423-438.

¹⁷ Cfr. *Os Relógios Falantes e Escritório Aparente. Apólogos dialogais primeiro e segundo*. Edição crítica de Maria Judite Fernandes de Miranda, Coimbra, 1968. Separata da Revista da Universidade de Coimbra, vols. XX-XXI.

¹⁸ Estamos a pensar, como é óbvio, no famoso ensaio que figura em *Estudos linguísticos*, 2.º vol., Coimbra, Atlântida Editora, 1969, pp. 243-265.

¹⁹ Pensemos, a título de exemplo, no meritório trabalho desenvolvido na última década por investigadores como Joan Estruch Tobella, Pedro Serra, Maria de Lurdes Correia Fernandes ou Evelina Verdelho em edições que aqui utilizamos.

²⁰ Neste campo, e sem que seja nosso intuito levar a cabo um minucioso rastreio, merece especial destaque a investigação conduzida por Maria Tereza da Silva Amado e por António Camões Gouveia.

Exacto, provinciano. Provinciano por ser um cortesão ideologicamente provinciano – um *discreto*. Os procuradores do campo contra a cidade é nos paços do Reino que se instalam, não nos montados.

Leia-se e medite-se nele. A bem dizer, nada mais transparente na prosa desse discreto (à falta de la *bonne compagnie*, a corte de D. João IV tinha a companhia – marialva – dos paternalíssimos «discretos»), nada mais transparente do que o tom de exposição pessoal, recheado de práticas e notas familiares, característico dos testamentos antigos em que a doação dos bens materiais se mistura com bons conselhos de quem viveu mundo e sabe dar aviso. Na forma, um entretenimento privado, um discorrer testamentário; no conteúdo e na preocupação da unidade e da sequência, uma espécie de procuração pública dos abonadores do «lar português à velha maneira».²¹

Quem lê as páginas da *Cartilha do Marialva ou das Negações Libertinas (redigida a propósito de alguns provincianismos comuns e ilustrada com exemplos reais)*, donde colhemos o passo citado, não terá dificuldade em perceber que o «prudente discreto» (utilizo expressão sua) D. Francisco Manuel é tido como empenhado promotor de uma doutrina que visa perpetuar e por essa via tirar o máximo partido possível da «consabida regra da inferioridade natural da mulher, o ser fraco por natureza»²². Que a *Carta* preconiza uma absoluta (e incontestada) preponderância do marido na cena conjugal e familiar, com evidente restrição da liberdade da mulher, o que motivou desde cedo reacções negativas da parte do público feminino, é matéria que, no tempo devido, também teremos ocasião de apurar com detalhe, mas daí até se reduzir o perfil do escritor seiscentista apenas e só a este vector parece desajustado, tanto mais que o contexto histórico-social do acto de produção não é tido em devida conta. Entre outros aspectos, procura-se desmontar a tese do cosmopolitismo intelectual do escritor, homem do mundo, viajado e culto, pela incómoda presença de um substrato de conservadorismo retrógrado. A cada nova leitura da obra, segundo confessa, consegue descortinar, por entre «as diversões do estilo» que produzem efeito encantatório no leitor, o fermento que serve para alimentar «certos mitos contemporâneos altamente elaborados»²³.

Por último, resta dizer que valeria muito a pena levar a cabo (como de início se pretendia, mas não se chegou a concretizar) um estudo pormenorizado da figura de D.

²¹ José Cardoso Pires, *Cartilha do Marialva ou das Negações Libertinas (redigida a propósito de alguns provincianismos comuns e ilustrada com exemplos reais)*, 8.^a ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, p. 56.

²² *Cartilha do Marialva*, p. 57.

²³ *Cartilha do Marialva*, p. 74.

Francisco como personagem dramática e ficcional, tomando por base um *corpus* textual onde obrigatoriamente deveriam figurar *Um duelo nas sombras ou D. Francisco Manuel de Melo* (Lisboa, 1875) de António Francisco Barata, *D. Francisco Manuel* (Lisboa, 1914) de Ruy Chianca, e mais próximo de nós, *O prisioneiro da Torre Velha. Quare?* (Lisboa, 2003) de Fernando Campos. Pontos mais obscuros da sua vida, e ainda hoje à espera de clarificação definitiva, seja pelo desaparecimento de preciosa documentação como o seu processo judicial, seja pela parca (e instável) informação que pode ser colhida nos seus textos, abriram caminho a um trabalho de produtiva figuração ficcional.

3. Uma questão de fronteiras

Desde muito cedo, se reconheceu como inevitável a necessidade de operar num quadro marcadamente transnacional que abrangesse não só o caso de proximidade mais evidente, o da área cultural espanhola, com a qual mantivemos evidentes laços de comunhão no que diz respeito a estas matérias ao longo de todo o século XVII, mas também o do horizonte italiano, cuja relevância no que toca à chamada literatura de comportamento social não sofre contestação, ou francês, por se afigurar imperioso marcar devidamente a fronteira que separa, por muitos pontos de contacto que entre ambas possam existir, a categoria do “discreto” peninsular da do “honnête homme”.

É que, muito para além das barreiras linguísticas e das especificidades culturais, encontramos um indesmentível substrato ideológico comum a vários países europeus e que se traduz pela defesa de valores idênticos, códigos que, nos planos ético e estético, regem atitudes e comportamentos, pela existência de obras (seja-nos permitido aludir tão-somente às dos italianos Baldassare Castiglione, Giovanni Della Casa e Stefano Guazzo e dos espanhóis Antonio de Guevara e Baltasar Gracián, que foram sendo reeditadas com impressionante regularidade) que se debruçam sobre ocupações próprias do mundo cortesão e que são lidas e apreciadas de forma muito semelhante em vários pontos do continente europeu, ou formas que – como sucede com o discurso – podem assegurar a distinção no plano social e cultural. Assim se explica que um qualquer membro da aristocracia europeia, mesmo estando afastado da sua terra de origem, pudesse sentir uma reconfortante sensação de familiaridade na presença dos seus congéneres.

Bem conhecida é a relação de proximidade que se foi cultivando entre Portugal e Espanha em determinados momentos históricos, muito por força da instituição de laços familiares entre membros das respectivas famílias reais ou aristocráticas e da convergência de interesses políticos, o que só por si ajudaria a explicar o afecto que as elites sociais concediam à literatura e à cultura espanholas²⁴. Para além dos escritores mais conhecidos, como Gil Vicente, Sá de Miranda, Camões, D. Francisco Manuel de Melo ou Manuel de Faria e Sousa – sem querer descer abaixo da barreira cronológica de Quinhentos – muitos outros sentiram a necessidade de recorrer ao idioma de Cervantes, como bem se comprova pelo *Catálogo razonado biográfico y bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano* que Domingo García Peres fez publicar em Madrid no ano de 1890. Por outro lado, demonstrando o grau de imbricamento cultural que existia entre os reinos peninsulares na época em apreço, muitas obras em castelhano foram editadas em território português, algumas das quais com relevância indiscutível para matérias que aqui iremos abordar²⁵.

Sabe-se que uma parte significativa da produção textual que há-de servir de base ao nosso estudo se encontra redigida em castelhano, seguramente por razões várias, mas onde se faz sentir o peso decisivo do prestígio cultural que esse idioma conseguira granjear na Europa culta do século XVII, mais até do que o desejo de afirmação política de quem o utilizava²⁶. Num gesto que outros escritores coetâneos poderiam subscrever,

²⁴ De entre os estudos que têm procurado explorar a problemática das relações culturais entre Portugal e Espanha, são de destacar: Francisco de Sousa Viterbo, «A literatura hespanhola em Portugal», *Historia e memorias da Academia das Sciencias de Lisboa*, XII, Parte II, n.º 5, 1915, pp. 152-155; Pilar Vázquez Cuesta, «O bilinguismo castelhano-português na época de Camões», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, XVI, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981, pp. 807-828; *idem*, *A língua e a cultura portuguesas no tempo dos Filipes*, Lisboa, Europa-América, 1988; o volume dos *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*.

²⁵ Permitimo-nos citar tão-somente dois casos emblemáticos: o da edição de Baltasar Gracián; *Primera Parte de La Vida de Marco Bruto. Escriviola por el Texto de Plutarco ponderada con Discursos D. Francisco de Quevedo Villegas, Cavallero de la Orden de Santiago, Señor de la Villa de Jean Aban. A Don Francisco Manuel de Melo Comendador dal Espinel en la Orden de Christo*. En Lisboa. Por Pablo Craesbeeck. 1647.

²⁶ Não seria difícil recolher opiniões elogiosas, vindas dos mais diversos quadrantes, quanto ao domínio do idioma castelhano por parte de D. Francisco Manuel. De R. Menéndez Pidal, que louvava o seu «castizo y elegante castellano» (cfr. *Antología de prosistas españoles*, Madrid, 1969, p. 221) a Juan Luis

Sousa de Macedo justificava assim a utilização da língua castelhana numa obra que se propunha exaltar a riqueza patrimonial, entendida aqui em sentido lato, dos portugueses:

Mucha culpa parece resultarme de aqui, pues amando todos tanto su lengua, yó la dexo, y escrivo en la Castellana, mas desculpome con dezir, que no dexo yó la Portuguesa por parecerme inferior, antes si por tenerla por tan excelente [...] estuve para escribir en Portugues, temiendo, que con mas facilidad me perdiesse yó, dexando mi patria, pues tengo tanto menos fuerças que el gigante [refere-se a um passo de Lope de Vega Carpio que havia citado pouco antes]. Mas como el amor de mi patria me incite a publicar sus excelencias por todo el mundo, dejados los respetos, me ha parecido mejor medio hacerlo en lengua Castellana, que acertó ser más conocida en Europa.²⁷

Compreende-se que a ascendência espanhola por parte da mãe, D. Maria de Toledo de Maçuelos, filha de Bernardo Carrilho de Maçuelos e de D. Isabel Correia de Leão, possa ter tido algum peso, mas só por si não permite explicar tudo. Na verdade, ele encarna, como poucos, essa condição social e cultural de raiz “peninsular” ou “ibérica”, não só pelas circunstâncias do seu nascimento, como pela formação e trajecto de vida, oscilando entre as seduções do ambiente cortesão e as obrigações militares e políticas, pelo que se pode dizer que só integrado nesse amplo contexto, como desde logo deixámos vincado no título deste trabalho, será possível aferir o seu real valor. Constitui, por tudo isto, um desafio enfrentar uma obra que, pelo seu grau de organicidade, corrói qualquer tipo de leitura de sentido unilateral baseada apenas (e com significativa dose de artificialismo) em critérios nacionalistas.

Alborg, que reconhece o manejo de «un perfecto castellano» (cfr. *Historia de la literatura española*, vol. II, *Época Barroca*, 2.^a ed., Madrid, Editorial Gredos, 1987 (5.^a reimpressão), p. 926), muitos foram os que glosaram este tópico. Posição algo distinta, embora sem pôr em causa o mérito do escritor, é a adoptada por Joan Estruch Tobella que alerta, nomeadamente na sua edição da *Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña*, para a existência de fenómenos de contaminação linguística e de ocorrência de lusismos no tecido textual (cfr. *op. cit.*, pp. 38 e 55-57).

²⁷ António de Sousa de Macedo, *Flores de España Excelencias de Portugal. En que breuemente se trata lo mejor de sus historias, y de todas las del mundo desde su principio hasta nuestros tiempos, y se descubren muchas cosas nuevas de prouecho, y curiosidad*. Primera Parte. Impressas por Iorge Rodriguez. En Lisboa. Año 1631 [Edição fac-simile preparada pela Livraria Alcalá, Lisboa, 2003, com prefácio de Pedro da Costa de Sousa de Macedo Villa Franca], pp. 235 e 235vº.

